

**ATA DA 156ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPD
- FEVEREIRO DE 2023 -**

No dia 08 (oito) do mês de fevereiro de 2023, às 14h00, ocorreu a centésima quinquagésima sexta (156ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, realizada no auditório da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, Av. José Faria da Rocha, 1016, 5º andar, com a presença dos seguintes conselheiros municipais: Do Poder Executivo: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, titular, Laura Paulino de Melo; Secretaria Municipal de Saúde, titular, Sirlene Pereira dos Reis; Secretaria Municipal de Educação, suplente, Flávia Nunes Andrade; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, suplente, Maria José Filardi Victoriano; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, titular, Raquel Torres da Rocha e seu suplente, Igor Daniel Policarpo Oliveira; Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania / Área da Pessoa com Deficiência, titular, Marcelo Lino da Silva; Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, titular, Fernanda Soares Garcia; Procuradoria-Geral do Município, titular, Joel Silêncio de Andrade. Da Sociedade Civil: do segmento que atuam junto às pessoas com deficiência múltipla – Grupo de Inclusão e Educação Escolar de Contagem – GIEC, titular, Marlene Aparecida Torres Fernandes; do segmento das entidades que atuam junto à pessoa com deficiência visual, Associação dos Deficientes de Contagem – ADC, titular, Cléber Gomes de Figueiredo e sua suplente, Elaine Cristina Coelho Lopes; do segmento de entidades que atuam junto às pessoas com deficiência física – Associação Eldorado de Apoio à Vida, titular, Ermelinda Pereira de Menezes e sua suplente, Tânia Maria Ferreira; do segmento das entidades que atuam junto à pessoa com deficiência intelectual – Grupo de Apoio à Pais de Autista – AMAIS, titular, Josimar Rosária da Silva Moreira (Josi Silva) e sua suplente, Elisângela Maria Araújo; do segmento das entidades prestadoras de serviços na área de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiências – Centro de Atendimento e Inclusão Social – CAIS, suplente, Tamires Cristina da Silva; do segmento dos profissionais especializados na Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência; titular, Sindicato Único dos Trabalhadores de Saúde – SIND-SAÚDE, Maria Auxiliadora Ramos Martins (Dôra); do segmento dos usuários da política pública das pessoas com deficiência, suplente, José Maia dos Santos. Do poder legislativo: Titular, Arnaldo Luiz de Oliveira. Presentes também: O Sr. Eduardo Henrique; o Sr. Yankoo Oliveira Peçanha; a Sra. Renata Rosa Cruz Silva; o Sr. Jhones David, Assessor do Gabinete do Vereador Arnaldo de Oliveira; A Sra. Sibely M. de Campos, da Associação Eldorado de Apoio à Vida; o Sr. Gabriel Estevão, da ADC; e o jovem Reinaldo Júnior. Compareceram pela equipe técnica do CMDPD: os Sr(s). Antônio Augusto de Souza Loures, Felício Mendonça Caldeira, Flávio José Silva de Almeida e Anderson Elias da Silva. Justificaram ausências, por motivos diversos, os seguintes conselheiros(as): Adriana Leonart Almeida; Rovânia Efigênia Freitas; Júnia Bruno Coelho; Alessandra Mara Moreira de Paiva Lopes, Vilma Aparecida dos Santos Costa, Maria das Graças Chaves da Costa, Débora Dayane Batista de Andrade, Valéria de Assis Barreto, Elizabeth Vasconcelos R. Crepaldi. O presidente do CMDPD, o Sr. Marcelo Lino, abriu os trabalhos e desejou a todos um ótimo ano. Passou a palavra à Plenária para as apresentações dos presentes e de novas conselheiras (a Sra. Fernanda Soares Garcia e a Sra. Tamires Cristina da Silva). Em seguida, começou a

sessão de informes. A Sra. Josi Silva convidou para a II Roda de Conversas promovida pelo Grupo Amais. O tema será Inclusão Escolar e será discorrido pelas palestrantes Elisângela Araújo – Direito Educacional Inclusivo, Fernanda Sá – Pedagoga Gestão Escolar Inclusiva, Michelle Castro, Neuropsicopedagoga, Ênfase em Inclusão. A data será no dia 11 de fevereiro de 2023, das 14H às 16H, na sede do Grupo Amais, Rua Miguel de Souza Arruda, 50, Alvorada. A Sra. Raquel Torres trouxe informações sobre a II Corrida da Mulheres, em celebração ao 8 de março – Dia Internacional da Mulher. A corrida, acontece no dia 28 de fevereiro e será de acordo com os princípios da Inclusão Social. Haverá a largada de mulheres usuárias de cadeira de rodas e em triciclos. Também teremos a participação das mulheres do Projeto entre Rodas e Rosas. Todos os atletas receberão no final do evento, uma medalha de participação. O Sr. José Maia solicitou estudo para instalação de vaga especial PCD próximo ao Centro de Consultas Especializada Iria Diniz. Ao fazer uma consulta, teve muita dificuldade de estacionar no local. Em outro assunto, o Sr. José Maia relatou visita, feita por ele, pela Sra. Carla Regina Lopes, pelo Sr. Cléber de Figueiredo e pelo Sr. Plínio Azeredo ao local onde se instalará a Regional Novo Riacho. Acompanhou-os também, um engenheiro da Prefeitura. O objetivo era verificar aspectos relacionados à Acessibilidade do prédio. Várias verificações foram realizadas. Esclareceu que, o engenheiro presente à visita, não fará o acompanhamento posterior do andamento da obra, o qual será feito por outro profissional da área. O Sr. José Maia, a Sra. Carla Regina Lopes (então Superintendente Municipal da Política PCD) e a Sra. Renata Rosa Cruz visitaram também, o Espaço da Associação Amor à Vida. Há uma elaboração de um projeto de introdução à dança em cadeira de rodas. Levaram essas informações ao Secretário de Direitos Humanos e Cidadania, o Sr. Marcelo Lino. No dia 13 de fevereiro haverá nova reunião. Mas o projeto caminha em bem. O Sr. Marcelo Lino informou que a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania prepara uma programação para o mês de março, para celebrar o Dia Internacional da Mulher. A programação estará acessível no site. No mês de janeiro houve várias atividades da Secretaria: no dia 21 janeiro, Ato e Caminhada Dia Nacional de Combate à Discriminação Religiosa; No dia 18/01, Houve uma roda de conversa e mostra cultural com a temática da visibilidade trans e travesti. A Sra. Flávia Nunes disse que assistiu entrevista do Sr. Marcelo no MG-TV. No dia 17/01 e em outros dias, nos Espaços dos Núcleos da Maturidade, aconteceram o “De férias com as Avós” - eventos que promoveram a interação de crianças e seus avós, com muita dança, canto, gincanas, contação de histórias, pinturas e cachorro quente. O Técnico Antônio Loures informou que o CMDPD, cumpriu determinação da Plenária e enviou os ofícios: a) OF.065.2022.CMDPD – no qual o conselho solicitou ao Ministério Público intervenção, junto às empresas UBER e 99 (que operam através de aplicativos), para garantir o direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência, através da criação de cadastros voluntários de usuários PCD e de motoristas parceiros; b) OF. 066. 2022 – CMDPD que solicitou ao Secretário de Obras e Serviços Urbanos, o Sr. Rômulo Thomaz Perilli, agendamento de reunião, junto a uma Comissão deste Conselho, para apresentação e ponderações a cerca do Documento “Plano Municipal de Garantia do Direito da Acessibilidade em Obras nas Vias e Espaços Públicos”. Em resposta ao Sr. Joel de Andrade, o Sr. Marcelo Lino informou o que Secretário Rômulo entrou em contato com ele em janeiro. Acordou que retornaria o contato em fevereiro, para facilitar à participação de integrantes do CMDPD. A plenária aprovou envio de ofício ao Secretário de Obras e

Serviços Urbanos solicitando agendar reunião com participação de Comissão do CMDPD. O Sr. Arnaldo de Oliveira felicitou os presentes, em especial, o Sr. Yankoo Peçanha, filho do Sr. Maurício Peçanha, já falecido. Lembrou a trajetória pioneira do Sr. Maurício que se tornou um ícone do Movimento PcD, em Contagem. No segundo ponto da pauta, tivemos a aprovação da Ata da 155ª reunião ordinária do CMDPD. O Terceiro ponto da pauta abordou a questão sobre os táxis acessíveis. O Sr. Marcelo Lino reconheceu o desafio desse tema. A realidade é que as praças de Contagem e Belo Horizonte atuam integradas estão regulamentadas através de um convênio. O último edital estabeleceu que um percentual da frota fosse acessível. É necessário verificar se há cumprimento dessa cláusula. Caso não ocorra entender os motivos disso. Propôs envio de ofício ao Presidente da TRANSCON para agendar reunião, junto a uma comissão do CMDPD, e verificar as possibilidades de melhoria no atendimento aos usuários com deficiência. A plenária aprovou essa proposta. O último ponto da pauta tratou sobre o Planejamento 2023. A intenção aqui é identificar pautas e ações prioritárias para o ano de 2023. A Sra. Josi Silva, representante do Grupo AMAIS, apontou as áreas da educação e saúde como prioritárias para o movimento autista e da deficiência intelectual / cognitiva. Na escola, o movimento vê a necessidade de agir para a garantia do pleno direito de autistas / deficiência cognitiva no processo educacional. Os desafios se repetem: crianças frequentam às escolas sem o PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) e sem monitores. Na Saúde, ponderam que o CER IV (Centro Especializado de Reabilitação) dão alta de forma precoce às crianças e adolescentes. O atendimento de pessoas autistas e com deficiência devem ocorrer por toda vida. Ao receberem alta do tratamento, elas ficam sem atendimentos, pois não há locais para a continuidade. Assim, acabam por regredirem. O movimento se articulou no ano de 2022 para reivindicar a implantação de um Centro de Referência PCD para o atendimento na faixa de 18 anos para mais. O tema do Grupo AMAIS esse ano é: "Autismo: Que a Inclusão vire rotina". É necessário que o atendimento vire rotina na escola, na saúde e na Política Pública. A Sra. Marlene Torres ratificou as palavras da Sra. Josi. Reconheceu que há ganhos e vitórias em prol da Inclusão Social, mas considerou que nos últimos anos os avanços foram poucos. O ano passado foi de luta em prol do Centro de Referência PCD. Ao encontrar o atual Secretário de Cultura, o Sr. Ramon dos Santos, a quem conhece, perguntou sobre os recursos destinados às ações em prol da pessoa com deficiência, conforme acordo junto à prefeitura. O secretário não tinha conhecimento mas lhe prometeu apoio em prol da causa da pessoa com deficiência. A Sra. Marlene demonstrou sua frustração com o fato do Centro de Referência não ter acontecido. Ela, realmente era convicta, que seria implementado. Reforçou as palavras da Sra. Marlene. Reconheceu que não há equipamentos sociais para o atendimento de pessoas autistas ou com deficiência acima de 18 anos. Até no CER IV, há dificuldade de conseguir o atendimento para adultos. O Sr. José Maia concordou e disse ser necessário ampliar a rede de apoio e atendimento no município. O Sr. Eduardo Henrique disse que a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB de Contagem recebe muitas reclamações referentes à Inclusão Escolar. A falta de profissionais especializados, por parte das empresas terceirizadas, para o atendimento aos estudantes com deficiência é a mais comum. Reclamam da falta de capacitação dos monitores, que não estariam devidamente preparados para o atendimento. A Sra. Flávia Nunes esclareceu que o Setor de Educação Inclusiva da Secretaria de Educação (SEDUC) está em reestruturação. A equipe estava

bem desfalcada. Há ainda uma indefinição de quem assumirá a direção. Reconheceu que há uma questão relacionado ao tempo de permanência dos monitores. Toda vez que há a saída de algum profissional existe o desafio de adaptação para os estudantes com deficiência. Hoje no município são três empresas que realizam as contratações e a formação desses profissionais. Estará levando os pontos identificados nesta plenária para a SEDUC. Se colocou a disposição para comparecer ao conselho e trazer informações sobre a estrutura de funcionamento da Educação Inclusiva, em Contagem. A Sra. Marlene Torres reconheceu a complexidade do tema. Ela já foi profissional do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e é mãe de filho autista. Sabe que a capacitação dos profissionais não é tarefa das mais simples. O Sr. Joel de Andrade disse ter contato com a Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Sra. Ana Paula Feminella. A secretaria é integrada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Propôs que o CMDPD articule uma reunião para conhecer o Plano do Governo Lula para a área PCD e fortalecer os pontos relacionados ao Plano de Ação 2023 do CMDPD. Em outro assunto, perguntou se o CMDPD não tinha sido convidado para evento sobre mobilidade urbana que ocorria, naquele momento, na tenda da Prefeitura de Contagem. A Sra. Elaine Lopes reconheceu os desafios na área da Inclusão Escolar. Ela tem formação em psicopedagogia e tem experiência em clínica nesta área. Se colocou a disposição para auxílio. O Sr. Cléber de Figueiredo diz ser necessário ter consciência que várias de nossas reivindicações são contempladas nas legislações. Temos é que exigir o cumprimento da Lei. Considerou importante a atuação da Comissão que verificou o prédio da nova Regional Riacho. Esse trabalho deve continuar. O Sr. José Maia destacou a importância de profissionais de Arquitetura e Engenharia nessas comissões de acompanhamento de obras. A Sra. Josi Silva ponderou que o desafio maior é tirar as leis do papel. É o caso do seu filho quando sofre discriminação. Muitas das deficiências não são aparentes. O Sr. Cléber Figueiredo reconheceu a dificuldade apresentada pela Sra. Josi. No seu caso mesmo, em muitas das vezes, sente a incompreensão das pessoas em identificar sua deficiência. Contudo disse que não podemos parar de recorrer à lei e a justiça para garantir os direitos já postos. O Sr. Antônio Loures fez suas considerações. Reconheceu que o movimento apresenta boas pautas e na direção correta. As principais lideranças do Movimento PCD de Contagem atuam junto ao conselho, isso legitima as principais pautas do CMDPD. O desafio está na implementação dessas pautas. Reconheceu que o Movimento tem dificuldades de implementar suas pautas. “Está faltando força política ao Movimento”, disse o Sr. Antônio. Colocou ser necessário às entidades realizarem mais manifestações de rua e desenvolver outras estratégias para tornarem as “bandeiras” do movimento PCD mais públicas. Reconheceu a importância também, da representação parlamentar em defesa da causa PCD. Considerou importante a atuação do Vereador Arnaldo de Oliveira, que é parlamentar apoiador do movimento. Ele poderia articular uma frente parlamentar. O movimento também deve buscar uma articulação estadual e federal. Nesse sentido, reconheceu que houve um refluxo na organização estadual e nacional. O Sr. Yankoo Peçanha concordou com o Sr. Loures. Solidarizou com as reivindicações do segmento dos Autistas e das deficiências que se apresentam ocultas. Difícil sentir na pele o que eles experimentam. Tirar a legislação do papel não é fácil e o movimento parece dar “murro em ponta de faca”. Destacou a importância do movimento não se dividir em segmento na hora da luta política. Todos devem correr atrás. A Sra. Marlene Torres reforçou o ponto observado pelo Sr. Yankoo. O

movimento deve lutar de formar unida. Na sua avaliação os encontros e conferências fazem falta. Devemos retomar esse caminho da organização, inclusive com mais manifestações em ruas. O Sr. Marcelo Lino observou que todas as falas são pertinentes. Ninguém tem 100% da razão. Pelo que entendeu, há duas prioridades: Saúde e Educação!. Propôs uma reunião para acertar essas pautas e pensar pontos para um documento. É ruim fazer reunião e não entregar nada. Esclareceu ao Sr. Joel Andrade, que a organização do evento na tenda da prefeitura sobre mobilidade é de responsabilidade da Frente de Prefeitos. O CMDPD deve marcar uma reunião para discutir esse tema de Acessibilidade no Transporte. Elaborar um Plano de Ação. Em Contagem, não pode se dizer que não há investimento na área PCD. Outras questões deve se aprofundar o entendimento. Nem sempre a lei se impõe com facilidade. Há um fator cultural que deve ser considerado. Sobre a questão médica é necessário reflexão. A questão de alta do tratamento é um Ato Médico. Muito difícil contestar esse procedimento. Mas temos que ter uma perspectiva histórica. Em 2010, estávamos lutando para vir o CER IV. Na Educação, não soube informar o motivo da contratação de três empresas. O município consta com cerca de 1800 (mil e oitocentos) estudantes na Educação Especial e cerca de 1000 (mil) profissionais contratados. Reconheceu que o Movimento passa por uma desmobilização nacional. O último governo federal desestruturou conselhos e conferências. A Sra. Marlene Torres disse que esperava melhoria na medida que os profissionais de apoio escolar fossem contratados sob regime de carteira assinada. Enfatizou a necessidade de recuperar os espaços coletivos, como as Conferências. A Sra. Dora Martins quis saber os motivos porque há tanta rotatividade nos monitores da Educação. O Sr. Arnaldo de Oliveira cumprimentou os presentes, em especial, os Srs. Yankoo Peçanha e Eduardo Henrique da OAB. Ouviu as pessoas e as reivindicações. Elogiou a atitude da Sra. Marlene quando ela procurou o Secretário Ramon e inquiriu sobre os recursos voltados às pessoas com deficiência. Tem amizade e respeito pelo Sr. Ramon. Lembrou do episódio do falecimento de seu pai e o Sr. Ramon permaneceu no velório mesmo sendo aniversário dele. Relatou os esforços da Associação Eldorado de Apoio à Vida para implementar novas atividades de atendimento. Juntos, estão articulando com a Secretaria de Defesa Social / Guarda Municipal a implantação da "Banda da Inclusão". O maestro da Banda da Guarda Municipal já esteve em conversas junto à Associação. Lembra sempre do saudoso Maurício Peçanha. Necessário voltar às Caminhas pela Inclusão Social pelas ruas de Contagem. O movimento PCD precisa ser visto. Também é preciso valorizar as conquistas do movimento. O CER IV é um equipamento único no Estado. Atende aos quatro tipo de deficiência: visual, surdos, deficiência física e intelectual. Esclareceu ao Sr. José Maia que a Câmara de Vereadores implementou mais ainda a acessibilidade. Há agora um elevador para os cidadãos com deficiência física adentrar à plenária e houve o rebaixamento da tribuna da Câmara. Assim pessoas usuárias de cadeira de rodas poderão falar e serem vistas de lá. As sessões plenárias constam também, com a presença do Intérprete de LIBRAS. Propôs que o CMDPD faça Plenárias Itinerantes revezando suas reuniões nos endereços das Associações. Lembrou outra conquista: a reforma da Praça da Glória com mais acessibilidade. As pessoas com deficiência poderão usar os banheiros das quadras de esportes. A Sra. Sirene Reis informou que o CER IV atende cerca de 2000 (dois mil) usuários por mês. Ainda existe demanda reprimida, pois o número de pessoas com deficiência que procuram atendimento também cresceu. Esclareceu que o paciente só

recebe alta quando o plano de atendimento é executado. A deficiência intelectual é que tem menos alta em relação as outras. Os profissionais preparam um estudo com reivindicações que serão colocadas posteriormente. Além do CER IV, existem o convênio com clínicas e OSC para atendimento às crianças. Esclareceu que o CER IV segue os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Os pacientes passam por parecer de uma Junta Reguladora para serem atendidos. A Sra. Marlene Torres reconheceu que, de fato, os adultos têm menos opções de atendimento. Propôs pautar este tema para mais esclarecimentos. O Sr. Marcelo Lino propôs uma reunião às 14h, na quinta-feira, dia 16 de fevereiro, em local a ser anunciado pela Equipe Técnica para a realização de reflexões e estratégias sobre o Planejamento / PCD 2023. A Plenária aprovou essa proposta. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada ata desse encontro, a qual será lida e aprovada pelos participantes da 157ª Plenária e assinada pelos presentes da 156ª reunião.